

POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS



PROPRIEDADES DO DOCUMENTO

Tipo de documento:	POLÍTICA INTERNA
Escrito por:	DIREÇÃO DE COMPLIANCE
Avaliado por:	ÓRGÃO DE FISCALIZAÇÃO
Validado por:	ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO
Estado do documento:	EM VIGOR
Versão do documento:	1.0
Data da última versão:	25 NOVEMBRO 2025
Pessoas Abrangidas:	Todos os colaboradores da KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

Atenção! Se este documento for impresso, verificar a sua validade consultando a última versão em vigor.

Todos os comentários e propostas de alteração do conteúdo do presente documento devem ser dirigidos ao proprietário do documento.

OBJETIVO DO DOCUMENTO

O objetivo do presente procedimento é descrever a política de gestão de riscos da KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A. que é um instrumento de orientação da conduta que deverá pautar-se pela identificação, avaliação, acompanhamento e controlo de todos os riscos que poderão influenciar a estratégia e os objetivos definidos pela sociedade. Em suma, deverá assegurar a aplicação de uma estrutura de risco eficaz e coerente com a atividade da KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.

CONTEÚDO

1. Informação institucional 4

2. Enquadramento, objetivos e âmbito de aplicação da política de Gestão de Riscos 4

3. Princípios gerais para a Gestão de Risco 4

4. Modelo de Governo da Gestão de Risco 5

4.1. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA SOCIEDADE 6

4.1.1. Conselho de Administração..... 6

4.1.2. Departamento de Financeiro & Risco 6

4.1.3. Departamento de Compliance 7

4.1.4. Asset Management..... 7

4.2. QUADRO DE REMUNERAÇÃO 8

5. Ciclo de Gestão de Riscos 8

5.1. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS INERENTES A ATIVIDADE..... 12

5.2. AVALIAÇÃO DO RISCO - METODOLOGIAS E LIMITES 14

5.3. PROCESSO DE CORREÇÃO 20

5.4. GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE 20

6. Processo de definição e aprovação da Política 21

7. Atualização, revisão e fiscalização da política..... 21

8. Entrada em Vigor..... 22

9. Histórico de Revisão do Documento..... 22

1. INFORMAÇÃO INSTITUCIONAL

A presente Política de Gestão de Riscos (a “**Política**”) da **KLP Gestão de Ativos, SGOIC, S.A.** (a “**Sociedade**”) contém os princípios e regras para a estrutura de gestão de risco da Sociedade, estabelecendo um enquadramento geral, estrutura e metodologia do sistema de gestão de riscos, tendo sido elaborada nos termos do disposto nos artigos 123.º e seguintes do Regime da Gestão de Ativos, aprovado pelo Decreto-lei n.º 27/2023, de 28 de abril (o “**RGA**”). Foi ainda tido em consideração o disposto no Regulamento Delegado (UE) n.º 231/2013 da Comissão, de 19 de Dezembro de 2012, na sua redação atual, após as sucessivas alterações de que foi objeto (o “**Regulamento**”).

2. ENQUADRAMENTO, OBJETIVOS E ÂMBITO DE APLICAÇÃO DA POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS

Nos termos da legislação aplicável, com a adoção desta Política a Sociedade pretende assegurar a aplicação de uma estrutura de gestão de risco eficaz que seja consistente com a concretização dos objetivos estratégicos da Sociedade. Encontram-se assim aqui definidos os princípios e padrões que orientam a gestão dos principais riscos a que a Sociedade e os organismos de investimento coletivo (os “**OIC**”), em particular os organismos de investimento alternativo imobiliários (os “**OIA**”), geridos pela Sociedade estão expostos.

A Política aplica-se a todos os colaboradores da Sociedade.

O conteúdo desta Política encontra-se estruturado conforme se segue:

- a) Princípios Gerais para a Gestão de Risco;
- b) Modelo de Governo para a Gestão de Risco;
- c) Ciclo de Gestão de Riscos;
- d) Processo de Definição e Aprovação da Política; e
- e) Atualização, revisão e fiscalização da Política.

3. PRINCÍPIOS GERAIS PARA A GESTÃO DE RISCO

A existência de risco é intrínseca à atividade da Sociedade, pelo que é essencial assegurar uma eficaz gestão dos riscos em linha com os objetivos do negócio e da rentabilidade expectável a médio e a longo prazo.

Neste contexto, a Sociedade estabelece uma função de gestão de riscos responsável pela gestão de risco na entidade, bem como na gestão dos organismos por si geridos, independente e com reporte hierárquico e funcional ao Conselho de Administração. A função indicada é exercida com independência, autonomia e dotada dos recursos adequados ao desempenho efetivo das suas competências.

A Política está alinhada com os princípios gerais de boa gestão de risco e com o Regulamento, bem como é compatível com os objetivos da Sociedade, valores e interesses dos OIA e respetivos Participantes e inclui medidas destinadas a identificar, avaliar, acompanhar e controlar os riscos. A Política rege-se pelo seguinte conjunto de princípios:

- a) A identificação e avaliação de todos os potenciais riscos associados às atividades de investimento e gestão de ativos da Sociedade;

- b) A avaliação da probabilidade e do impacto potencial de cada risco identificado e priorização destes com base no nível de risco;
- c) O desenvolvimento e implementação de estratégias para mitigar ou gerir os riscos identificados, o modo de diversificação de investimentos, manutenção das reservas de liquidez e proteção contra riscos de mercado;
- d) A monitorização regular do desempenho dos investimentos e a eficácia das estratégias de gestão de risco para garantir que se mantém alinhadas com os objetivos da Sociedade. Esta monitorização deve igualmente considerar a realização de reportes de risco, que agreguem informação de todas as fases do ciclo de gestão de risco, apresentando as tendências de evolução dos fatores de risco.

A Sociedade tem em consideração dois aspetos adicionais que, por um lado, contribuem para uma gestão de risco mais sólida e eficaz e, por outro lado, asseguram o cumprimento com a legislação e regulamentação em vigor:

- a) A avaliação contínua da eficácia das políticas e procedimentos de gestão de risco da Sociedade, bem como o seu ajuste, conforme necessário, para garantir a manutenção da sua eficácia e relevância;
- b) Assegurar a conformidade com todas as leis e regulamentações aplicáveis relacionadas com a gestão de risco e procurar manter uma cultura de conduta ética e responsável dentro da Sociedade.

Em particular, a gestão de riscos permite garantir que qualquer decisão sobre investimento tem por base informação fiável e atualizada e que se encontra dentro dos limites ao investimento constantes do Regulamento de Gestão de cada OIA sob gestão da Sociedade.

Assim, as regras previstas não podem ser afastadas, designadamente através da utilização de qualquer mecanismo de cobertura de risco ou outros métodos com efeito equivalente.

4. MODELO DE GOVERNO DA GESTÃO DE RISCO

A organização do sistema de gestão do risco da Sociedade segue o princípio da segregação de funções, assegurando a plena separação funcional entre as responsabilidades de originação (ou tomada) de risco e as responsabilidades dedicadas à sua gestão e controlo.

A estrutura organizacional da Sociedade tem como principal objetivo respeitar a sua adequação ao nível de reportes hierárquicos e funcionais.

Importa, no entanto, relembrar que, apesar das interações que possam ser consideradas virtuosas para o desenvolvimento da atividade, a Sociedade garante que as funções de controlo interno são independentes das unidades que controlam e dispõe de acesso direto à comunicação com o órgão de administração.

Deste modo, a Sociedade dispõe de um sistema de gestão do risco que permite alinhar incentivos, mitigando e monitorizando os riscos da atividade, através da atuação de diferentes áreas:

- a) **Áreas de negócio:** Tomadores de risco nas suas atividades diárias resultado da regular atividade da Sociedade delimitados pelos poderes delegados e limites pré-definidos na estratégia, políticas e manuais internos. No contexto de atividade da Sociedade, incluir-se-á as equipas de negócio, gestores de ativos e de propriedade que são responsáveis por identificar, adquirir, gerir e dispor dos ativos imobiliários;
- b) **Função de gestão de riscos:** Unidade responsável pelas atividades de suporte que asseguram a monitorização e controlo do risco, através da utilização de recursos adequados para assegurar o cumprimento da gestão dos riscos. O papel da função da gestão de riscos é assumido pelo Departamento de Financeiro & Risco;

- c) **Função de *compliance*:** Unidade responsável pelo cumprimento das obrigações legais, das políticas e diretrizes internas. Esta função é assumida pelo Departamento de Compliance.

4.1. ESTRUTURA ORGANIZATIVA DA SOCIEDADE

4.1.1. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O órgão de administração é o órgão máximo responsável pela implementação da estratégia de risco da Sociedade. Neste contexto, destacam-se as seguintes responsabilidades em termos de matéria de gestão de risco:

- a) Aprova o perfil de risco dos OIA sob sua gestão e as políticas relacionadas;
- b) Aprova a apetência de risco dos OIA; e
- c) Aprova os planos de contingência para dar resposta a limites ultrapassados.

Adicionalmente, e com o intuito de garantir que qualquer decisão sobre investimento tem por base informação fiável e atualizada e que se encontra dentro dos limites ao investimento constantes do Regulamento de Gestão de cada fundo sob gestão da Sociedade, o Conselho de Administração é ainda responsável por:

- a) Elaborar e aprovar um plano estratégico de investimento anual, tendo em consideração o Regulamento de Gestão de cada OIA sob sua gestão, com vista à definição prévia de níveis de risco considerados aceitáveis e correspondentes ao apetite dos investidores;
- b) Analisar, para cada situação de investimento e com base em dados sólidos e fiáveis, os níveis globais de risco, assegurando que os mesmos são compatíveis com os objetivos, os recursos financeiros disponíveis e a estratégia aprovada para determinado OIA sob sua gestão;
- c) Elaborar um relatório anual, completo e descritivo de cada avaliação de risco efetuada em relação a cada investimento levado a cabo;
- d) Realizar, quando adequado, testes periódicos para apreciar a validade dos mecanismos de avaliação e gestão do risco, incluindo estimativas e previsões baseadas em modelos;
- e) Analisar anualmente o desempenho do sistema de gestão do risco adotado e verificar a eficiência do mesmo e necessidade de respetivas alterações;
- f) Aprovar um plano de formação anual, precedido de parecer favorável do Responsável pelo Sistema de Controlo Interno, destinado aos quadros da sociedade, onde conste o desenvolvimento de ações de formação interna/externa ou workshops no âmbito da gestão de riscos, nomeadamente, sobre (i) a identificação e avaliação de riscos, (ii) os instrumentos e ferramentas utilizadas na gestão de riscos, e (iii) a gestão de limites e exposição global; e
- g) Divulgar informação a todos os colaboradores, pelos meios adequados, com a periodicidade mínima anual, sobre os riscos inerentes à atividade da Sociedade, designadamente informação sobre (i) a identificação e descrição dos riscos a qual a Sociedade e/ou os OIA por si geridos estão expostos, (ii) os resultados e conclusões da avaliação dos riscos, e a sua evolução histórica, (iii) as medidas implementadas para a mitigação da exposição a riscos desnecessários, (iv) a avaliação do risco global da Sociedade, (v) os processos de correção implementados caso se verifique que os limites estabelecidos foram ultrapassados, (vi) o posicionamento estratégico, de médio-longo prazo, da Sociedade face aos riscos a que está exposta.

4.1.2. DEPARTAMENTO DE FINANCEIRO & RISCO

A função de gestão de riscos na Sociedade é assumida pelo Departamento de Financeiro & Risco. Esta caracteriza-se por um conjunto de atividades que visa avaliar de forma rigorosa, independente e concreta os riscos a que a atividade desenvolvida se encontra sujeita, tendo em vista assegurar a

minimização de perdas. Esta função é sustentada numa gestão ativa do risco e suportada em metodologias e abordagens adequadas à mitigação dos riscos, permitindo a gestão integrada dos diversos riscos a que a Sociedade e os OIA se encontram expostos, direcionando de forma adequada as respetivas ações de prevenção e mitigação.

A função de gestão de riscos é um elemento organizativo essencial da Sociedade, estruturado de modo a poder aplicar políticas em matéria de gestão de risco e a exercer o papel de controlo no âmbito do sistema de gestão do risco, com níveis de autoridade, estatuto e recursos suficientes para assegurar o cumprimento dos objetivos do sistema de gestão do risco.

Assim, a função de gestão de riscos na Sociedade tem como principais responsabilidades:

- a) Disseminar a presente Política, explicando o seu conteúdo aos colaboradores da Sociedade;
- b) Identificar, avaliar e analisar os riscos relevantes;
- c) Garantir que o perfil de risco observado coincide com o aprovado pelo órgão de administração;
- d) Assegurar a manutenção de um sistema de limites de risco que tenha por base o nível de apetência aprovado;
- e) Estabelecer, aplicar e manter um sistema documentado, quer quanto aos limites de risco, quer quanto às medidas utilizadas para gerir e controlar os riscos relevantes; e
- f) Apoiar o Conselho de Administração na tomada de decisões sobre o risco.

Os elementos que integram a função de gestão de riscos da Sociedade procedem à comunicação de informação respeitante à gestão de riscos ao Conselho de Administração, com a periodicidade definida para a respetiva atividade de gestão de riscos (v.g. Monitorização dos riscos | Periodicidade de comunicação: sempre que se efetue a análise de riscos a partir dos respetivos modelos de avaliação), e através do envio de correio eletrónico.

O Departamento de Financeiro & Risco é responsável por reportar trimestralmente as métricas de risco para cada OIA, referidas no Capítulo 5 relativo à Identificação dos Riscos Inerentes à Atividade. O relatório será comunicado ao Conselho de Administração, à CMVM, e a outras entidades relevantes.

4.1.3. DEPARTAMENTO DE COMPLIANCE

A função de *compliance* na Sociedade é assumida pelo Departamento de Compliance, que tem como propósito fundamental garantir a conformidade da entidade face a normas legais, regulamentares, e procedimentos e diretrizes internas.

No âmbito da gestão de riscos, este departamento adota particular importância, desenvolvendo a sua atividade através do acompanhamento e supervisão da atividade, tendo em consideração o quadro regulamentar e o contexto interno da Sociedade. De um modo geral, no âmbito de controlo e cumprimento, este departamento é responsável por garantir que a Sociedade está em conformidade com as leis, regulamentos e padrões internos, e deve tomar medidas para identificar e gerir os riscos que a Sociedade enfrenta nesse contexto.

O detalhe das responsabilidades deste departamento pode ser consultado no Manual de Governação e Organização e Interna da entidade.

4.1.4. ASSET MANAGEMENT

No âmbito da gestão do risco, o *Asset Management*, enquanto área de negócio, assegura que a Sociedade opera de acordo com o perfil de risco estabelecido, garantindo o cumprimento dos limites, de um ponto de vista operacional. Adicionalmente, a área de *Asset Management* desenvolve a sua atividade no âmbito do desenvolvimento do negócio, através da análise de oportunidades e propostas de investimento e planos de ação, e implementa os mesmos, decorrentes de deficiências e oportunidades de melhoria resultantes dos controlos efetuados pela função de gestão de riscos e pela

função de *compliance*. Cabe a esta área dedicar-se à política geral de investimento da Sociedade. De forma a zelar e acompanhar a cultura de risco, esta área analisa diversos fatores como produtos de mercado, as melhores e adequadas oportunidades de investimento e outros estudos relevantes para a colocação dos imóveis sobre gestão no mercado.

A área de *Asset Management* é igualmente responsável pelo desenvolvimento e execução das atividades operacionais do negócio, em conjunto com as áreas de *Development*, *Leasing*, *Shopping Centres Management* e *Technical*.

De forma a gerir os projetos em curso e os riscos associados aos mesmos, esta área dispõe de ferramentas através das quais é efetuada a gestão operacional de cada projeto, através da análise do estado dos fatores essenciais de cada projeto desde o início do mesmo face ao momento em análise e tendo em consideração o *Business Plan* estimado.

Esta área assegura também o desenvolvimento do negócio, efetuando a gestão dos serviços externos de mediação imobiliária, através do contacto com mediadores imobiliários e o acompanhamento do negócio desde o seu início até ao fim do mesmo. É responsável pela gestão e coordenação dos prestadores de serviços externos de mediação imobiliária.

Enquanto área tomadora de risco, esta área procura assegurar que a Sociedade opera de acordo com o perfil de risco estabelecido.

O detalhe das responsabilidades desta área pode ser consultado no Manual de Governança e Organização Interna da Sociedade.

4.2. QUADRO DE REMUNERAÇÃO

A Sociedade dispõe de uma política de remuneração ao nível dos seus órgãos sociais e colaboradores, as quais definem os princípios, as responsabilidades e descrevem os processos que asseguram a consistência entre as práticas de remuneração da Sociedade e os seus objetivos, valores, interesses e solvabilidade.

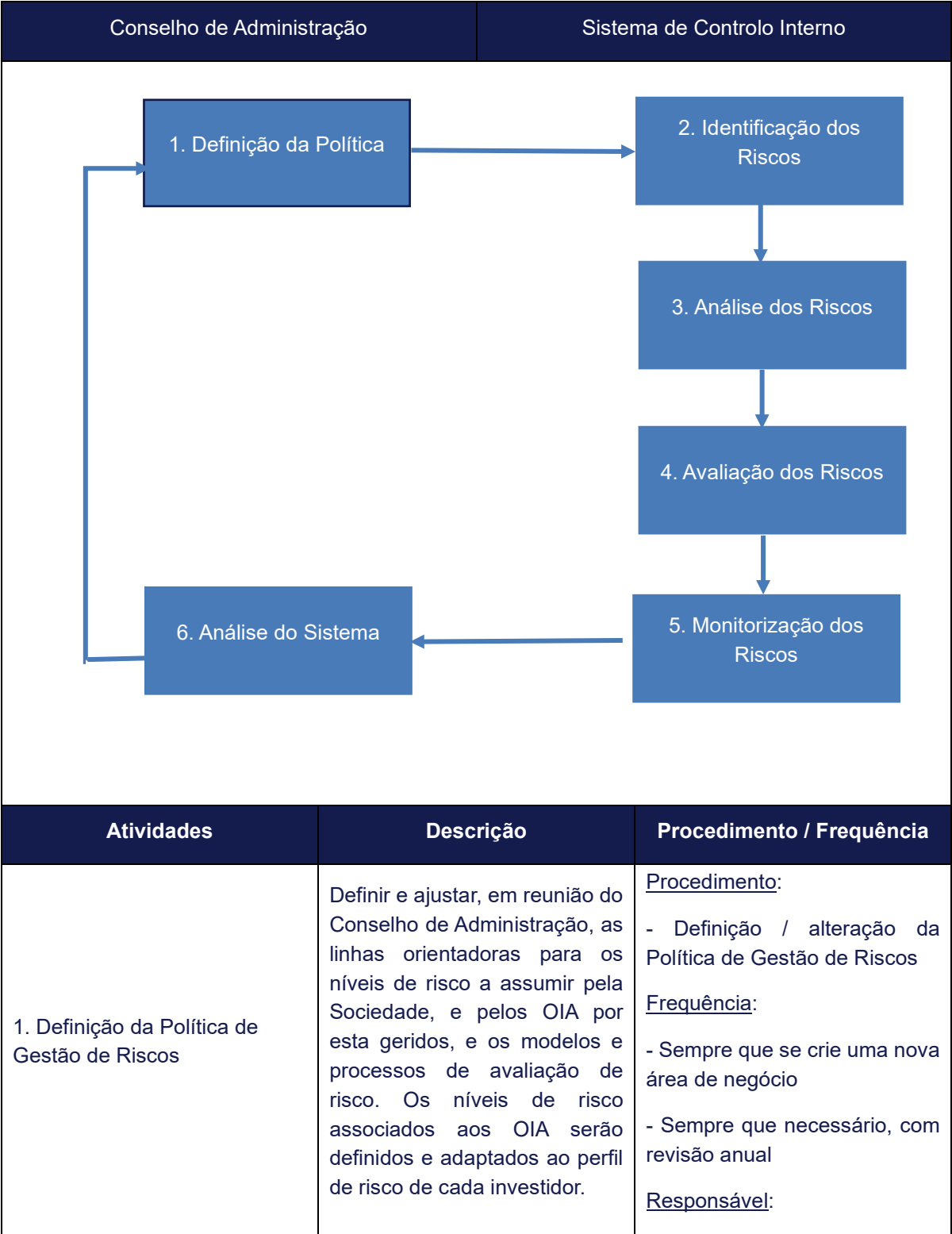
5. CICLO DE GESTÃO DE RISCOS

Tendo em conta os princípios e estratégia de gestão de risco definidos, é fundamental estabelecer um processo de gestão de risco sólido e integrado em toda a Instituição. Este ciclo deve estar integrado em todo o funcionamento da Sociedade, fazendo parte integrante das atividades diárias de todas as suas áreas. A operacionalização do quadro de gestão de risco, conforme descrito abaixo, permite assegurar que a Sociedade desenvolva a sua atividade dentro de níveis de risco aceitáveis. Para esse fim, são estabelecidos processos de gestão do risco, dedicados a cada categoria de risco, a diferentes dimensões: estratégica, operacional e de contingência (e gestão de crise). Desta forma, são asseguradas a identificação e a avaliação dos riscos, conforme disposto no Capítulo 6 relativo à Identificação dos Riscos Inerentes à Atividade.

A função de gestão de Risco é, neste sentido, responsável pela coerência entre o perfil de risco de cada OIA e os limites em matéria de risco fixados.

Adicionalmente, a função de gestão de risco é por apresentar aos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, com uma periodicidade mínima anual, a coerência e o respeito dos limites de risco fixados e o perfil de risco do OIA e a adequação e a eficácia do processo de gestão dos riscos, indicando em especial se foram ou serão tomadas medidas corretivas adequadas em caso de eventuais deficiências reais ou previstas.

A Sociedade dispõe de sistemas adequados de gestão de riscos, bem como de mecanismos, processos e técnicas apropriados, permitindo identificar, medir, gerir e monitorizar de forma adequada e contínua todos os riscos relevantes para a estratégia de investimento de cada OIA e a que cada OIA esteja ou possa vir a estar exposto. Adicionalmente, a Sociedade dispõe de um processo adequado, documentado e regularmente atualizado de análise prévia relativamente a cada decisão de investimento por cada OIA, assegurando a respetiva compatibilidade e coerência com a estratégia de investimento, os objetivos, o perfil de risco, e a política de reembolso de cada OIA. Para garantir a gestão eficaz e eficiente dos diversos riscos aos quais se encontra exposta, a Sociedade adota o seguinte ciclo de Gestão de Riscos:



		<p>- Conselho de Administração</p> <p><u>Evidência:</u></p> <p>- Ata do Conselho de Administração</p>
2. Identificação dos Riscos	<p>Identificar os principais riscos inerentes ao negócio da Sociedade por tipologia de risco.</p>	<p><u>Procedimento:</u></p> <p>- Criação / atualização da taxonomia de riscos (lista de riscos identificados), aplicáveis aos processos de negócio e suporte da Sociedade</p> <p><u>Frequência:</u></p> <p>- Sempre que se crie uma nova área de negócio</p> <p>- Sempre que necessário, com revisão anual</p> <p><u>Responsável:</u></p> <p>- Sistema de Controlo Interno</p> <p><u>Evidência:</u></p> <p>- Lista de riscos identificados, aplicáveis aos processos de negócio e suporte da Sociedade</p>
3. Análise dos Riscos	<p>Análise dos Riscos e elaboração / alteração dos modelos de avaliação de risco.</p> <p>Após identificação dos riscos, será necessário analisá-los e avaliá-los, através da sua probabilidade e impacto na entidade. Tal envolve determinar a probabilidade de determinado risco se materializar e o impacto dessa mesma materialização, o que permitirá priorizar os riscos e definir a sua materialidade.</p>	<p><u>Procedimento:</u></p> <p>- Criação / alteração dos modelos de avaliação de risco e análise de materialidade</p> <p>- Teste aos modelos de avaliação de risco já existentes, de forma a identificar critérios e/ou processos inadequados ou insuficientes</p> <p>- Definição da materialidade dos riscos, através da probabilidade e do impacto dessa materialização</p> <p><u>Frequência:</u></p> <p>- Sempre que se crie uma nova área de negócio</p> <p>- Sempre que necessário, com revisão anual</p> <p><u>Responsável:</u></p>

		<p>- Sistema de Controlo Interno</p> <p><u>Evidência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ficheiros de análise da materialidade dos riscos identificados - Lista de testes efetuados e respetivos resultados
4. Avaliação dos Riscos	<p>A avaliação dos riscos deverá ter por base as metodologias e limites definidos e adequados à realidade de cada risco. Adicionalmente, nesta avaliação deverão ser considerados cenários prospetivos adversos a que a Sociedade possa vir a estar exposta.</p> <p>Em particular, cada risco é avaliado em termos de impacto, probabilidade de ocorrência e eficácia das medidas de controlo existentes. Nesta fase, a avaliação do impacto e da probabilidade de ocorrência é feita sem ter em conta os controlos implementados para limitar o impacto e a probabilidade de ocorrência do cenário considerado.</p> <p>Assim, esta avaliação deve considerar a globalidade dos riscos identificados, sendo definidos objetivos e limites para os seus resultados. Em caso de quebra de tais limites, é responsabilidade da função de gestão de riscos propor e reportar, para aprovação do Conselho de Administração, planos de mitificação / correção.</p>	<p><u>Procedimento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Avaliação dos riscos com base nas metodologias e limites definidos, considerando possíveis cenários adversos - Reporte ao Conselho de Administração da ultrapassagem de limites e proposta de planos de mitigação/correção, quando aplicável <p><u>Frequência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Sempre que se crie uma nova área de negócio - Sempre que necessário, com revisão anual <p><u>Responsável:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Controlo Interno <p><u>Evidência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ficheiro com resultados da avaliação dos riscos
5. Monitorização dos Riscos	<p>A gestão do risco é um processo contínuo, devendo ser efetuada uma constante monitorização e controlo de todos os riscos, com especial enfoque nos considerados</p>	<p><u>Procedimento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Acompanhamento dos indicadores de medição dos riscos - Gestão dos limites definidos

	<p>mais relevantes pelas avaliações efetuadas.</p> <p>Para assegurar uma monitorização eficaz, cumpre verificar a ocorrência dos seguintes passos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Monitorizar os riscos e evolução da exposição da Sociedade aos mesmos; - Implementar e assegurar a manutenção dos modelos de avaliação de riscos; - Medição de exposição a riscos. 	<p>- Análise de variações dos resultados apurados face aos resultados de períodos anteriores</p> <p><u>Frequência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Trimestral <p><u>Responsável:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Sistema de Controlo Interno <p><u>Evidência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ficheiro de controlo sobre os resultados dos modelos de avaliação de risco - Reporte ao Conselho de Administração
6. Análise do Sistema	<p>Analisar a eficácia do modelo de avaliação de risco, de acordo com os resultados da monitorização dos riscos</p>	<p><u>Procedimento:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Análise da eficácia do modelo de avaliação de risco com base nos resultados da monitorização dos riscos <p><u>Frequência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Pelo menos anual <p><u>Responsável:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Conselho de Administração <p><u>Evidência:</u></p> <ul style="list-style-type: none"> - Ata do Conselho de Administração

5.1. IDENTIFICAÇÃO DOS RISCOS INERENTES À ATIVIDADE

A Sociedade, e os OIA sob sua gestão, estão expostos, em particular, aos seguintes riscos:

Risco	Descrição
Riscos Financeiros	
Risco de Crédito	

Risco de Concentração de crédito (<i>single name</i>)	Possibilidade de aumento dos impactos negativos na situação líquida da entidade por não diversificação em relação à concentração de operações em entidades individuais.
Risco de Incumprimento	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da sociedade, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros.
Risco de Mercado	
Risco de Mercado	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da Sociedade devido a movimentações no preço dos ativos integrantes dos OIA sob gestão da Sociedade, provenientes de variações no mercado financeiro de posições de negociação que afetem as posições a que a Sociedade se encontra exposta.
Risco de Liquidez	
Risco de Liquidez	Impossibilidade em cumprir com os compromissos financeiros, associados à falta de liquidez da relação ativo/passivo.
Risco de Estratégia e de Modelo de Negócio	
Risco de Estratégia e de Modelo de Negócio	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da entidade devido à não maximização da ocupação dos imóveis no caso de arrendamento, por ausência de capacidade de negociar contratos com boas condições e de modo a maximizar a ocupação dos imóveis. No caso de promoção imobiliária, os impactos negativos poderão ocorrer por menor velocidade de vendas e dos empreendimentos ou necessidade de revisão dos preços em baixa.
Risco de Estratégia e de Modelo de Negócio (Diversificação)	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da entidade aumentados devido ao nível da concentração de investimento / exposição em geografias ou indústrias específicas, devido a eventos específicos com impacto na sua geografia ou indústria.
Riscos Não Financeiros	
Risco Operacional	
Risco Operacional	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da entidade devido à ocorrência de eventos resultantes da aplicação inadequada ou negligente de procedimentos internos.
Risco Fraude Interna	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da entidade devido à existência de atos intencionalmente destinados à prática de fraudes, apropriação indevida de ativos ou incumprimento regulamentar que envolvam, pelo menos, uma parte interna da Sociedade.
Risco Fraude Externa	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da entidade devido à existência de atos intencionalmente destinados à prática de

	fraudes, apropriação indevida de ativos ou incumprimento regulamentar por parte de terceiros à Sociedade.
Risco Tecnologias de informação e comunicação	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da entidade devido à ocorrência de falhas nos sistemas da Sociedade.
Risco de Reputação	
Risco de Reputação	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da entidade decorrentes duma percepção negativa da imagem pública da instituição, fundamentada ou não, por parte de clientes, fornecedores, analistas financeiros, colaboradores, investidores, órgãos de imprensa ou pela opinião pública em geral.
Risco de <i>Compliance</i>	
Risco de <i>Compliance</i>	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da entidade decorrentes de violações ou não conformidade relativamente a leis, regulamentos, determinações específicas, contratos, regras de conduta e de relacionamento com clientes, práticas instituídas ou princípios éticos que se materializem em sanções de caráter legal, na limitação das oportunidades de negócio, na redução do potencial de expansão ou na impossibilidade de exigir o cumprimento de obrigações contratuais.
Risco Político	
Risco Político	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da entidade devido a alterações substanciais no governo ou outras entidades públicas. Pode-se refletir em alterações fiscais, instabilidade política, burocracia, atrasos em licenciamentos, e outros.
Risco Imobiliário	
Risco Imobiliário	Possibilidade de impactos negativos na situação líquida da entidade devido a desvios de valorização imobiliária, incluindo os causados por falhas na monitorização adequada das avaliações de imóveis resultando na existência de imóveis com avaliações antigas, não garantindo assim que os valores de avaliação refletem o respetivo valor de mercado.

5.2. AVALIAÇÃO DO RISCO - METODOLOGIAS E LIMITES

A Sociedade possui um sistema de limites do risco, o qual tem como objetivos:

- Estabelecer a apetência pelo risco, que resulta da definição dos objetivos estratégicos da Sociedade;

- b) Envolver as unidades operacionais nos processos de gestão do risco, comunicando-lhes quais os objetivos, tipos e montantes de risco definidos pelo Conselho de Administração e que orientam e limitam o desenvolvimento das suas atividades; e
- c) Estabelecer mecanismos que possibilitem, através do acompanhamento preventivo e tempestivo, identificar a deterioração das exposições e desencadear medidas corretivas.

Por forma a garantir a relevância da informação e a tempestividade das ações de correção, a Sociedade procede trimestralmente à atualização dos valores relativos aos vários indicadores. A atualização dos indicadores é acompanhada pela comparação entre o valor verificado e os limites estabelecidos, com o objetivo de identificar qualquer ultrapassagem dos mesmos e desencadear os procedimentos associados à mesma.

A Sociedade assegura ainda que o perfil de risco de cada OIA é consistente com a sua dimensão, estrutura de carteira e objetivos e estratégias de investimento.

Relativamente aos riscos relevantes a que Sociedade e os OIA que gere se encontram expostos, a Sociedade adota e dispõe de mecanismos com o objetivo de estabelecer e aplicar limites, seja quantitativo ou qualitativo ou ambos, em matéria de risco, para cada um dos OIA geridos.

Neste sentido, são também adotados mecanismos, processos e técnicas adequados e eficazes com o objetivo de assegurar a monitorização do risco, quando este for considerado material de acordo com uma análise específica com periodicidade mínima anual. Adicionalmente, serão considerados mecanismos adicionais, sempre que necessário, que permitem realizar testes de esforço, análises de cenários, e testes retroativos, com estimativas e previsões baseadas em modelos, para análises de possíveis impactos de alterações que possam prejudicar os OIA.

Risco	Controlos
Riscos Financeiros	
Risco de Crédito	
Risco de Concentração de Crédito (<i>single name</i>)	Para cada OIA será realizada a análise trimestral da diversificação das entidades com compromissos financeiros para com os OIA, controlando o nível de concentração do investimento, através dos seguintes rácios: <ul style="list-style-type: none"> - Renda Anual do arrendatário / Renda Anual Total;
Risco de Incumprimento	1. Para cada OIA com investimentos de arrendamento: Análise Financeira antes de assinatura dos contratos utilização de loja com atualização anual (ou conforme disponibilização da informação), que será baseada nas seguintes informações: <ul style="list-style-type: none"> - Relatório de solvência da contraparte emitido por empresa especializada - Histórico de pagamentos da contraparte tendo por base a informação existente de outras sociedades de investimento coletivo geridas pela Sociedade - Informação não financeira, incluindo qualidade de gestão do arrendatário e modelo de negócios. - Existência de garantias de renda meses e caução;

	<p>- Acompanhamento do relatório e contas com contas aprovadas das OIA.</p> <p>2. Para cada OIA com imóveis de promoção residencial e venda dos mesmos, poderá existir o risco de incumprimento associado à incapacidade de um promitente comprador cumprir com o pagamento de sinal e/ou escritura. Apesar de não necessariamente causar uma perda, é um risco na perspectiva de gestão de tesouraria. Deste modo, o Departamento de Compliance deve assegurar, sempre que aplicável, ou seja, quando há um novo comprador com quem a Sociedade estabelecerá negócio, o seguinte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Existência de cláusula que prevê resolução do contrato de promessa de compra e venda sem devolução imediata de sinal e com recolocação do imóvel no mercado; - Cobrança de juros de mora sobre pagamentos atrasados; - O Departamento de <i>Compliance</i> solicita a declaração de origem de fundos e um dos três seguintes: (i) Licença de profissão, (ii) Recibo de vencimento com menos de 6 meses, ou (iii) Declaração do empregador que confirme a profissão. Sempre que após a análise desta documentação é detetado algum fator de risco, são realizados procedimentos adicionais. Estes procedimentos são direcionados para AML, mas também permitem identificar riscos de incumprimento dos potenciais clientes. <p>3. Para a SGOIC, o risco de incumprimento recai principalmente sobre a liquidez dos OIA. Assim, são calculados e acompanhados, pelo Departamento de Financeiro & Risco, com periodicidade trimestral, os seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rácio de Liquidez dos OIA (<i>Cash Ratio</i>) = Ativos Correntes / Passivos Correntes; - Alavancagem (<i>Loan-to-Value</i> dos OIA; - Diversificação das fontes de informação consideradas pelos OIA na análise do risco de incumprimento dos investimentos que realiza. <p>Adicionalmente, será realizada uma análise sobre eventuais elementos vencidos e capacidade de recuperação.</p>
Risco de Mercado	
Risco de Mercado	<p>Para os OIA, será realizado o acompanhamento trimestral (ou conforme disponibilidade) dos seguintes indicadores, tendo em consideração a informação obtida junto de empresas de consultoria especializadas nas áreas de atividade relevantes: (i) indicadores económicos e previsões (e.g. PIB, consumo privado, inflação, taxa de desemprego; (ii) evolução das rendas; (iii) acompanhamento de novos projetos no mercado que signifiquem maior concorrência; e (iv) evolução do mercado de investimento, volume e <i>yields</i>.</p> <p>Perante alterações significativas, elaboração de análise e reporte financeiro de impacto nos investimentos especificamente dos resultados, retornos, e fluxos de caixa.</p>
Risco de Liquidez	

Risco de Liquidez	<p>1. Para os OIA, o Departamento de Financeiro & Risco, acompanha, com periodicidade, pelo menos, trimestral, os seguintes rácios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Rácio de Liquidez (<i>Cash Ratio</i>) = Ativos correntes / Passivos Correntes, face ao rácio pré-estabelecido para cada OIA; - Alavancagem (<i>Loan-to-Value</i>); - Realização de testes de esforço, stressando os principais indicadores, para cenários otimistas, base e pessimistas, em caso de evidências materiais que o justifiquem; - Realização de <i>backtesting</i> aos testes realizados; - É elaborado um reporte interno apresentado, pelo menos trimestralmente ao Conselho de Administração, com a posição atual e atualização do <i>forecast</i> a 3 meses, onde são abordados os seguintes aspetos para as diferentes OIA: <ul style="list-style-type: none"> a) <i>Cash position</i> (atual e a 3 meses); b) Variações identificadas face ao estimado; c) Explicação e documentação dos motivos que justificam as variações identificadas (ex.: aumento de custos, taxas, comissões); d) Aproximação ao <i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR); e) Pontualmente, são realizadas simulações ao nível de custos financeiros, verificando o impacto do aumento / diminuição de fatores, tais como a taxa de juro e o ritmo de vendas (estas simulações ocorrem mediante a identificação de razões que o justifiquem). - Capacidade de reembolso de cada OIA. <p>2. Para a SGOIC, e para além do previsto para os OIA, também com periodicidade mínima trimestral:</p> <ul style="list-style-type: none"> - É elaborado um reporte interno apresentado mensalmente ao Conselho de Administração, com a posição atual e atualização do <i>forecast</i> a 4 meses, onde são abordados os seguintes aspetos: <ul style="list-style-type: none"> a) <i>Cash position</i> (atual e a 4 meses); b) Variações identificadas face ao estimado; c) Explicação e documentação dos motivos que justificam as variações identificadas (ex.: aumento de custos, taxas, comissões); d) Aproximação ao <i>Liquidity Coverage Ratio</i> (LCR); e) Rácio de Liquidez (<i>Cash Ratio</i>) = Depósitos / Passivos Correntes.
Risco de Estratégia e de Modelo de Negócio	
Risco de Estratégia e de Modelo de Negócio	<p>Para os OIA, os negócios são influenciados por fatores macroeconómicos, , fatores locais, como mudanças demográficas, urbanização e desenvolvimento da concorrência, bem como tendências de mercado, como o aumento do comércio eletrónico e mudanças nas expectativas das partes interessadas (inquilinos, consumidores, investidores) ou a situação geopolítica.</p> <p>Qualquer deterioração destas condições pode afetar as operações e o desempenho financeiro da OIA, os valores dos ativos e os investimentos.</p>

	<p>- Para avaliar o risco do modelo de negócio do modelo de negócio da locação, os seguintes KPIs serão monitorados mensalmente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Afluência mensal e anual aos ativos (centros comerciais); • Evolução das vendas; • Custo de ocupação; • Taxa de cobrança; • Taxa de ocupação física e financeira; • Número de clientes em processos de solvência; • Net Promoter Score (NPS), que mede a probabilidade de os visitantes recomendarem um determinado centro comercial. <p>- Indicadores dos imóveis cuja estratégia de negócio será a venda dos mesmos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Tempo médio de venda dos imóveis • Velocidade média de vendas = Número de imóveis vendidos desde início de comercialização / Número de meses desde início de comercialização <p>- Acompanhamento dos investimentos, através de uma <i>Investment Newsletter</i> apresentada aos Investidores. Será ainda garantida, por parte da área de Asset Management, com periodicidade anual, uma análise da diversificação de geografia e indústria:</p> <p>- Investimento por indústria / Investimento Total;</p> <p>- Investimento por concelho / Investimento Total;</p> <p>- Investimento por <i>Asset Class</i>.</p>
Riscos Não Financeiros	
Risco Operacional	
Risco Operacional	<p>1. Análise de um mapa de projeto para cada investimento produzido pela área de Asset Management, com uma <i>checklist</i> das atividades necessárias e adequadas à realidade, especificidade e momento de cada projeto. Este inclui um conjunto de informação que permite controlar e acompanhar o decorrer do projeto, e que deve ser atualizado com periodicidade mensal, tais como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Atividades planeadas (com responsabilidades, datas, prioridades); • Necessidades de licenciamento; • Custos incorridos (ex.: design, comissões, entre outros); • Riscos identificados no decorrer do projeto. <p>Este mapa é acompanhado regularmente ao longo do projeto, com periodicidade mínima mensal.</p> <p>2. Criação e manutenção de um registo de eventos de risco operacional, detalhando por cada evento a sua natureza, causa, impacto financeiro, gravidade, e soluções de resolução e/ou prevenção. Os eventos são registados</p>

	<p>de acordo com a sua categoria no <i>template</i> desenvolvido para o efeito e monitorizados com periodicidade mínima trimestral pelo Departamento de Financeiro & Risco.</p> <p>3. Adicionalmente, é realizado um acompanhamento de controlos sobre situações de risco com probabilidade de materialização reduzida e perda potencial elevada.</p>
Risco de Reputação	
Risco de Reputação	<p>Seguir estratégia de comunicação institucional da sociedade delineadas, apresentadas, aprovadas, transmitidas e/ou preparadas para o Conselho de Administração e/ou com o Departamento de Compliance.</p> <p>Rever e aprovar a informação institucional a ser publicada em redes sociais, ou por outras vias ao público, sendo tal controlo feito pelo Departamento de Compliance e Conselho de Administração.</p> <p>Contratualizar com uma Agência de Relações Públicas para a gestão da comunicação institucional e gestão de crises.</p> <p>O Departamento de Compliance reverá e aprovará os relatórios (preparados pelo Departamento de Financeiro & Risco) reportados aos investidores.</p> <p>Análise de eventuais eventos passados de investidores e investimentos que possam afetar a reputação.</p>
Risco de Compliance	
Risco de Compliance	<p>Acompanhamento de uma lista de requisitos regulamentares e respetivos <i>owners</i> de cumprimento.</p> <p>Examinar, atualizar e verificar o cumprimento das políticas e procedimentos internos da sociedade.</p> <p>Analisar os contratos, respetivos objetos contratuais, e quaisquer outros compromissos ou processos em que a sociedade seja parte, de forma a aferir a legalidade dos mesmos.</p> <p>Promover e estruturar formações internas ou externas para os colaboradores da sociedade a fim de transmitir as normas e políticas internas em vigor, bem como expor e esclarecer eventuais alterações legislativas e respetivos impactos nas diretrizes, regras, procedimentos e atividade da sociedade.</p> <p>Acompanhamento do (i) número de sanções de natureza legal, (ii) número de restrições de oportunidades de negócio, (iii) número de incumprimentos contratuais, e (iv) valor dos incumprimentos.</p>
Risco Político	
Risco Político	<p>Análise específica prévia a novos investimentos e/ou sempre que se justifique numa lógica contínua tendo em consideração eventos materiais com potencial impacto nos investimentos já realizados.</p>

Risco Imobiliário	
Risco Imobiliário	<p>Acompanhamento, por parte da área de <i>Asset Management</i> dos seguintes indicadores:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Tempo médio decorrido desde a última avaliação dos imóveis, - Análises realizadas à flutuação de mercado. <p>A periodicidade de análise destes indicadores estará sempre alinhada com a necessidade de reavaliação dos imóveis, de acordo com aquilo que forem as exigências legais, regulamentares ou de acordo com obrigações contratualizadas com o banco nestas matérias. A periodicidade será sempre o mínimo das 3 condições referidas.</p>

5.3. PROCESSO DE CORREÇÃO

Quando os limites estabelecidos forem ultrapassados ou quando for previsível que esses limites venham a ser ultrapassados, o Responsável do Sistema de Controlo Interno, o Departamento de Financeiro & Risco e/ou o Departamento de *Compliance* devem reportar imediatamente a situação ao Conselho de Administração.

O relatório enviado ao Conselho de Administração deve conter, pelo menos, a seguinte informação:

- Descrição da situação;
- Indicação do plano de intervenção que permita resolver a ocorrência (v.g. em caso de ultrapassagem efetiva ou prevista dos limites de risco, medidas que permitam a tomada de medidas corretivas em defesa dos interesses da Sociedade e colaboradores), com estabelecimento de prazos para a implementação das medidas necessárias, a identificação das pessoas responsáveis por aplicar as medidas corretivas, e uma tabela onde resulte uma associação entre os riscos e as respetivas medidas de correção, de acordo com os parâmetros definidos e os limites de risco estabelecidos.

O Conselho de Administração, ouvido o Fiscal Único, deve aprovar as medidas de mitigação/eliminação do risco ou incumprimento reportado no prazo máximo de 48 horas.

Após aprovação das medidas de mitigação/eliminação do risco ou incumprimento pelo Conselho de Administração, o Responsável do Sistema de Controlo Interno elabora um plano de intervenção para a resolução das ocorrências, com (i) o estabelecimento expresso de prazos para a sua efetiva implementação; e (ii) a identificação dos colaboradores ou órgãos responsáveis por aplicar as medidas corretivas.

O Responsável do Sistema de Controlo Interno acompanha a efetiva implementação das medidas aprovadas, de acordo com o cronograma previsto para a sua implementação. Após implementação das medidas aprovadas, submete ao Conselho de Administração, para conhecimento e validação, relatório sobre as medidas implementadas.

5.4. GESTÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

O Departamento de Compliance da Sociedade adota um papel fundamental no que toca à salvaguarda de conflitos de interesses, atuando neste sentido de forma independente e respeitando o princípio da segregação de funções conforme indicado nesta política.

De forma a mitigar os riscos que possam advir, a Sociedade adota processos e mecanismos que permitem identificar, avaliar, gerir e mitigar situações de conflitos de interesses, reais ou potenciais, de acordo com os objetivos e princípios definidos na Política de Gestão de Conflitos de Interesse.

Tendo em consideração a atividade da Sociedade, e conforme disposto na Política de Gestão de Conflitos de Interesse da Sociedade, considera-se que as situações de conflitos de interesses podem surgir, nomeadamente, a partir de:

- a) Conflitos entre a Sociedade e os seus clientes;
- b) Conflitos entre a Sociedade e os seus colaboradores;
- c) Conflitos entre Participantes de um ou de cada OIA;
- d) Conflitos entre cada OIA e um cliente da Sociedade; e
- e) Conflitos entre clientes da Sociedade.

Neste sentido, a Sociedade adota medidas de forma a prevenir e remediar situações de conflitos de interesses, nomeadamente processos de gestão, análise e avaliação dos riscos, emissão de recomendações e reporte ao Conselho de Administração, os quais se encontrem detalhadamente descritos e desenvolvidos na Política de Gestão de Conflitos de Interesses. De um modo geral, perante uma situação de conflito de interesses na Sociedade, o Departamento de Compliance deve analisar a mesma (solicitando a informação necessária que considerar relevante), bem como identificar os riscos associados ao conflito e avalia o risco inerente (intrínseco e não controlado) e residual (após aplicação de um ou mais controlos) com base em critérios qualitativos e quantitativos. Por último, com base no disposto nos dois pontos anteriores, emite um parecer escrito, num prazo máximo de 5 dias úteis com as respetivas conclusões e recomendações, informando o Conselho de Administração e o colaborador ou departamento relevante.

6. PROCESSO DE DEFINIÇÃO E APROVAÇÃO DA POLÍTICA

A Política foi elaborada de acordo com o disposto no RGA e no Regulamento. A Política e respetivas alterações são aprovadas pela Assembleia Geral.

7. ATUALIZAÇÃO, REVISÃO E FISCALIZAÇÃO DA POLÍTICA

Tendo em consideração o modelo de governo da Sociedade, a inerente composição e dimensão dos seus órgãos sociais e o modelo organizativo implementado, a alocação de responsabilidades procura garantir uma adequada segregação de funções e responsabilidades no âmbito das diferentes fases dos processos relativos à gestão de risco (nomeadamente, a concepção da Política, a decisão, implementação e monitorização), com a participação ativa do Conselho de Administração e do órgão de fiscalização (*i.e.*, do Fiscal Único).

O Conselho de Administração é responsável pela aplicação da Política.

O órgão de fiscalização (*i.e.*, o Fiscal Único) é responsável pela implementação, fiscalização e revisão da Política, com uma periodicidade mínima anual, e pela elaboração de proposta de revisão da Política, devendo tais revisões periódicas ser igualmente submetidas à apreciação, discussão e aprovação pela Assembleia Geral.

O órgão de fiscalização (*i.e.*, o Fiscal Único) é ainda responsável pelo controlo da implementação da Política, assim como pela sua fiscalização, devendo ocorrer de uma forma e na medida adequadas à dimensão e organização interna e à natureza, âmbito e complexidade das atividades da Sociedade,

tendo em consideração os OIA sob sua gestão, o modelo de governo em vigor e o quadro de colaboradores existente.

O Responsável do Sistema de Controlo Interno será responsável pela análise interna centralizada e independente, com uma periodicidade mínima anual, tendo como objetivo o controlo do cumprimento das políticas e procedimentos de remuneração adotados pelo Comité de Remunerações.

Em particular, a Sociedade, através do seu Conselho de Administração, e sob parecer do Responsável do Sistema de Controlo Interno, avalia, acompanha e revê anualmente a Política e os Procedimentos de Gestão de Risco, nomeadamente:

- a) A adequação e a eficácia da política de gestão dos riscos e dos mecanismos, processos e técnicas de medição e gestão dos riscos;
- b) O grau de cumprimento por parte da Sociedade da política de gestão dos riscos e dos mecanismos, processos e técnicas de medição e gestão dos riscos;
- c) A adequação e a eficácia das medidas adotadas para a resolução de eventuais deficiências a nível da execução do processo de gestão de riscos;
- d) O desempenho da função de gestão de riscos;
- e) A adequação e a eficácia das medidas destinadas a assegurar a separação funcional e hierárquica da função de gestão de riscos das funções operacionais da Sociedade.

Sem prejuízo da revisão anual do sistema de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração revê a Política e Procedimentos de Gestão de Riscos, sempre que:

- a) Sejam efetuadas alterações significativas das políticas e procedimentos de gestão dos riscos e dos mecanismos, processos e técnicas de medição e gestão dos riscos;
- b) Acontecimentos internos ou externos indicam a necessidade de uma revisão adicional;
- c) Sejam efetuadas alterações significativas na estratégia e objetivos de investimento de um OIA que a Sociedade gere.

Qualquer alteração significativa à política ou aos procedimentos de gestão de risco da Sociedade deve ser imediatamente notificada à CMVM.

8. ENTRADA EM VIGOR

A Política de Gestão de Riscos entrará em vigor após a sua aprovação pela Assembleia Geral da Sociedade.

O Departamento de Financeiro & Risco, a solicitação do Conselho de Administração da Sociedade, envia a Política aprovada à CMVM sempre que se verifiquem alterações substanciais, nos termos e para os efeitos do artigo 26.º do RGA e artigo 4.º do Regulamento da CMVM n.º 7/2023, de 29 de dezembro.

Após aprovação pela Assembleia Geral, a presente Política é de aplicação imediata.

As atualizações à Política constante do presente documento serão válidas a partir da data da respetiva aprovação, sem prejuízo de ulteriores alterações.

9. HISTÓRICO DE REVISÃO DO DOCUMENTO

Versão	Data de aprovação	Modificado por	Modificação
1.0	25.11.2025		

